

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Ciclo 2021-2026

DESEMBARGADOR PRESIDENTE
LEONARDO DE NORONHA TAVARES

Belém - Pará
Julho/2020

PRESIDENTE

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares

VICE-PRESIDENTE

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro

CORREGEDORA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães

CORREGEDORA DO INTERIOR

Desembargadora Diracy Nunes Alves

EQUIPE TÉCNICA

DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA

Jonelson Magno Dias

COORDENADORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Valéria Athayde Fontelles de Lima

ANALISTA JUCIÁRIO

Alcimar Martins Júnior

ANALISTA JUDICIÁRIO

David Borges Reis e Silva

ANALISTA JUDICIÁRIO

Luciana Vieira de Souza Caliari

ANALISTA JUCIÁRIO

Luciana Sá Fernandes

ANALISTA JUCIÁRIO

Neliane das Graças Pereira Colares

1 INTRODUÇÃO

A consulta pública do planejamento estratégico foi realizada no período de 17 de março até 30 de junho de 2020 com a aplicação de questionário eletrônico contendo perguntas para distinção de perfil do colaborador da pesquisa, iniciativas estratégicas vigentes e das propostas elaboradas por magistrados e servidores nos Encontros de Gestão Participativa realizados em Belém, Santarém e Marabá em 2019. Assim como adequação ou sugestão de novas iniciativas alinhadas a estratégia nacional.

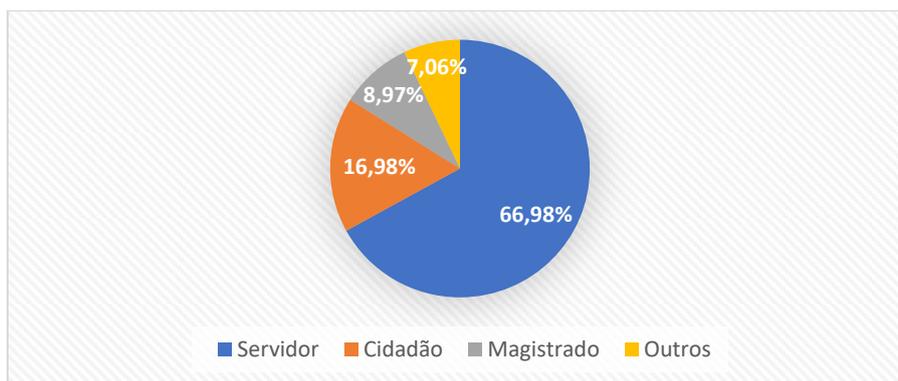
As perguntas tratavam de indicações sobre a permanência das iniciativas estratégicas quanto à sua adequação ao planejamento estratégico para o período de 2021- 2026, ou sugestão de novas iniciativas.

2 RESULTADOS

A pesquisa contou com a participação de 524 (quinhentos e vinte e quatro) pessoas, incluindo magistrados, servidores e sociedade.

2.1 Perfil dos colaboradores

Gráfico 1: Distribuição da participação na consulta.



Há indicação de que a maior parte das colaborações partiu dos servidores do Tribunal de Justiça, considerando que 54,4% das contribuições vieram de servidores lotados na comarca de Belém. As comarcas com participação superior à 1% foram as seguintes:

Tabela 1: Participação na pesquisa

COMARCA	PARTICIPAÇÃO
BELÉM	54,40%
ANANINDEUA	5,30%
MARABÁ	3,20%
REDENÇÃO	2,50%
PARAGOMINAS	2,10%
SANTARÉM	2,10%
CASTANHAL	1,70%
BARCARENA	1,50%
ALTAMIRA	1,10%

Fonte: elaboração própria.

2.2 Avaliação da Missão, Visão e Valores

2.2.1 Avaliação da missão

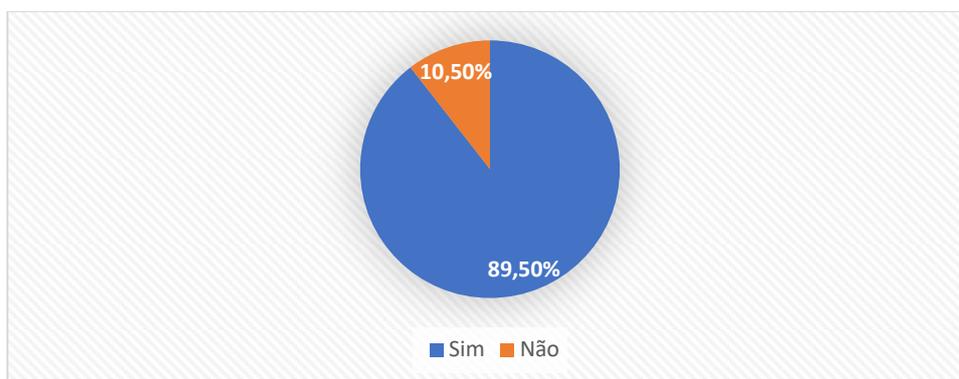
Gráfico 2: Avaliação da missão do TJPA



Aproximadamente 91% dos colaboradores consideraram a missão atual do TJPA adequada para o novo ciclo de Planejamento Estratégico de 2021-2026.

2.2.2 Avaliação da Visão para o TJPA

Gráfico 3: Avaliação da Visão para o TJPA



Aproximadamente 90% das colaborações coletadas indicaram a visão atual para o TJPA como adequada.

2.2.3 Valores a enfatizar

Tabela 2: Valores a enfatizar

Valor	Percentual
Eficiência	15,20%
Agilidade	12,10%
Acessibilidade	11,70%
Humanização no atendimento	9,50%
Imparcialidade	8,60%
Credibilidade	7,80%
Ética	7,70%

Transparência	7,40%
Segurança jurídica	5,40%
Inovação	4,70%
Probidade	3,30%
Participação	1,80%
Responsabilidade Socioambiental	1,50%
Sustentabilidade	1,30%
Integridade	1,20%
Responsabilização	0,80%
Total	100,00%

Fonte: elaboração própria.

Os principais valores a enfatizar de acordo com a consulta foram: eficiência, com 15,2%, agilidade com 12,10% e acessibilidade com 11,7%.

2.2.4 Contribuições quanto à Missão para o TJPA

Missão atual TJPA: Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

As contribuições consideradas relevantes para adequação da missão foram filtradas a seguir:

1. Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional.
2. Realizar a prestação jurisdicional de forma equânime, com vistas a garantir a justiça social e os direitos de todas e todos.
3. Realizar cidadania através da prestação jurisdicional.
4. Poder Judiciário ágil e efetivo, garantindo direitos e deveres garantindo o desenvolvimento do País e dos Brasileiros.
5. Realizar a justiça com celeridade.
6. Realizar, DE FORMA CELERE, a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.
7. Realizar justiça com mais agilidade.
8. Realizar a justiça rápida, por meio da efetiva prestação jurisdicional, com vistas à paz social e ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.
9. Realizar a justiça por meio do acesso e a efetiva prestação jurisdicional com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.
10. Realizar a justiça, em tempo razoável, por meio da efetiva prestação jurisdicional com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

2.2.5 Contribuições quanto à Visão para o TJPA

Visão atual TJPA: Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível e confiável, voltada a pacificação social.

As contribuições consideradas relevantes para a adequação da visão foram filtradas a seguir:

1. Ser um tribunal célere, justo e imparcial tornando-se referência aos demais tribunais do país.

2. Ser reconhecido pela sociedade bem como pelos seus magistrados, servidores e colaboradores como instituição acessível e confiável, voltada à pacificação social.
3. Ser reconhecida como instituição acessível, célere e eficiente
4. Ser reconhecido pela sociedade como realizador do ideal de justiça, acessível, confiável, humanizado, voltado à pacificação social.
5. dando continuidade no final da frase: em todos os elos da cadeia do poder judiciário
6. Ser reconhecido por todos os paraenses como uma instituição pacificadora.
7. Ser reconhecido como instituição de garantia de direitos e de justiça social.
8. Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível, ágil e confiável, voltada à pacificação social.
9. Manteria como está, mas acrescentaria ao final "e garantia de direitos".
10. Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível, CÉLERE e confiável, voltada à pacificação social
11. Ser reconhecido pela sociedade como instituição que garantirá seus direitos garantidos e de forma rápida.
12. Ser reconhecido efetividade jurisdicional
13. Ser reconhecido pela sociedade como instituição moderna, acessível, confiável e humanizada, voltada à pacificação social.
14. Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.
15. Ser reconhecida pela integridade e comprometimento de seus membros
16. Ser reconhecido pela sociedade e órgãos regulares como instituição acessível, confiável e transparente, voltada à pacificação social e desenvolvimento do país.
17. Até 2025, ser reconhecido por resultados que reflitam o aumento da produção, eficiência e qualidade em nossa atuação.
18. Judiciário atuante, ágil e empreendedor da realização da justiça e da dignidade humana para a harmonização comunitária.
19. Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível e confiável, capaz de realizar a pacificação social e a justiça.
20. Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível e confiável, voltada à estabilização e segurança das relações jurídicas
21. Ser reconhecido entre os Tribunais de Médio Porte pela eficiência e qualidade das decisões
22. Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível, eficiente e célere, voltada à pacificação social.
23. Ser reconhecido pela sociedade como instituição confiável, acessível e garantidora da pacificação social
24. Ser reconhecido pelo cidadão e pela sociedade organizada como uma instituição efetivamente capaz de garantir que a justiça prevaleça, mesmo diante do desequilíbrio econômico e social das forças antagônicas.
25. ser uma instituição protetiva e garantista dos direitos.
26. Ser reconhecido pela sociedade como instituição solucionadora de conflitos, acessível e confiável, voltada à pacificação social
27. Ser reconhecido pela sociedade como instituição solucionadora de conflitos, acessível e confiável, voltada à pacificação social
28. Ser reconhecido pela sociedade como instituição com credibilidade, imparcialidade capaz de dar uma resposta efetiva as demandas em todo o Estado do Pará.

29. Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível e confiável, voltada à pacificação social, conciliação, mediação e outros métodos de solução consensual por meio dos quais os conflitos possam ser solucionados pelas próprias partes.
30. Ser reconhecida pela sociedade como instituição eficiente, acessível e confiável, voltada à pacificação social.
31. Ser reconhecido como uma justiça efetiva, moderna e menos burocrática.
32. Ser uma instituição democrática em seu mais amplo sentido, de sorte a ser reconhecido pela sociedade como acessível e confiável, voltada à pacificação social.
33. Ser reconhecido é consequência de excelência na prestação jurisdicional. Não deve ser visão.
34. Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível e confiável, condutora da pacificação social.
35. Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível e confiável, voltada à pacificação social.
36. Ser reconhecido pela sociedade como instituição que atua de acordo com os princípios, voltada ao cumprimento das leis.
37. Ser reconhecido como instituição transparente, acessível e confiável.
38. Ser uma instituição acessível, confiável e ágil na garantia dos direitos, voltada à pacificação social e o desenvolvimento do Estado.
39. Ser reconhecido pela sociedade como instituição que inspira credibilidade, celeridade e eficiência, acessível a todos os jurisdicionados.
40. Ser reconhecido pela sociedade como instituição confiável
41. Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a REAL pacificação social e o desenvolvimento do país.
42. Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível e confiável, voltada à resolução célere e pacífica dos litígios
43. Ser reconhecida pela sociedade como expressão máxima da justiça, que preza pela legalidade, segurança jurídica e critérios técnicos em sua atuação.

2.3 Macrodesafio - Garantia dos Direitos Fundamentais

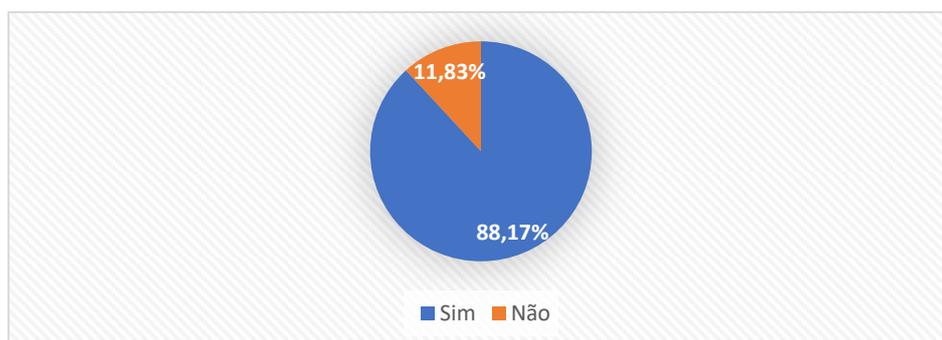
2.3.1 Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.

Gráfico 4: Você considera importante a manutenção da iniciativa “Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente”?



2.3.2 Fortalecimento das ações da justiça itinerante

Gráfico 5: Você considera importante a manutenção da iniciativa “Fortalecimento das ações da justiça itinerante”?



2.3.3 Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários

Gráfico 6: Você considera importante a manutenção da iniciativa “Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários”?



2.3.4 Priorização do idoso em situação de vulnerabilidade

Gráfico 7: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Priorização do idoso em situação de vulnerabilidade"?



2.3.5 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Ter maior atenção, nas coordenações das Escolas Estaduais, a maioria dos servidores apresentam falta de humanização.
2. Priorização de ações de combate a violência sexual contra crianças e adolescentes.
3. Priorização dos conflitos relacionados à saúde.
4. Priorização de programas educativos quanto às demandas de saúde.
5. Agilizar os processos que envolvem criança e/ou adolescente em espaços de acolhimento, para que não passem anos nos espaços públicos.
6. Desenvolvimento tecnológico no ambiente de trabalho.
7. Fomentar a solução consensual de conflitos por meio de implantação de ferramenta on-line de conciliação, disponibilizada a advogados e partes, para que possam tentar conciliações a qualquer tempo, de forma voluntária, com agendamento prévio e participação de conciliador.
8. Fortalecimento de programas voltados à educação em direitos humanos, em especial à igualdade de gênero, para diminuir os índices de violência contra as mulheres.
9. Combate mais rigoroso sobre a Alienação Parental.
10. Ampliar a acessibilidade de direitos ao cidadão, oferecendo multiportas para o tratamento adequado de conflitos individuais e coletivos.
11. Priorizar o atendimento à criança/adolescente e ao idoso em situação de vulnerabilidade.
12. Fortalecer as políticas institucionais voltadas à afirmação da igualdade de gênero.

2.4 Macrodesafio – Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade.

2.4.1 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Fortalecimento da gestão de Boas Práticas institucionais.
2. Promover mais ações de cidadania, julgar com celeridade e eficiência, programa que objetive mostrar o que é e para que serve o judiciário nas escolas para crianças e adolescentes; monitores nas Unidades com vídeos curtos com várias explicações básicas para o público em geral sobre o funcionamento da justiça. Agora, o que aproximaria mesmo o Judiciário da Sociedade seriam exemplos de julgamentos rápidos e eficientes. Que a sociedade não continue vendo o pobre preso e o rico saindo pela porta da frente com punições mínimas.
3. Fortalecer a Transparência; Integrar o sistema de justiça (convênios e termos de cooperação); Priorizar a utilização das mídias sociais; Fortalecer a participação na governança das partes interessadas na prestação dos serviços jurisdicionais.
4. Melhoria de canais de comunicação; Reformulação completa da plataforma do TJPA (site interno e externo); Ações voltadas ao combate do racismo institucional e efetiva participação da mulher no Judiciário; Ações para aproximação dos servidores em relação aos canais de divulgação do TJPA em redes sociais (muitas vezes o próprio servidor e magistrado desconhecem esses canais).
5. Periodicamente, disponibilizar consultas públicas realizadas através de canal institucional das varas, permitindo que os jurisdicionados apontem quais suas dificuldades no andamento de seus processos.
6. Criar canais de comunicação em redes sociais estando mais próximo do cidadão comum, inclusive adotando medidas de conscientização sobre cidadania.
7. Maior acessibilidade ao portal da transparência, talvez ao IEJUD, a justiça itinerante, as medidas e penas alternativas serem voltadas aos trabalhos em prol da sociedade.
8. Plano Anual de Comunicação (de acordo com o plano de gestão, que deverá estar alinhado ao planejamento estratégico).
9. Desenvolver programa de aperfeiçoamento e capacitação de servidores responsáveis pelo atendimento ao público; promover a integração constante das áreas responsáveis pela prestação das informações aos usuários; ampliar a divulgação dos serviços prestados pelo Tribunal; fortalecer a Ouvidoria como canal de comunicação interno e externo.
10. Fortalecimento das ações de divulgação dos resultados alcançados pelo Poder Judiciário Estadual.
11. Maior disponibilização de canais digitais (redes sociais como WhatsApp por exemplo) de grande alcance público.
12. Otimizar as parcerias com as universidades para melhor atendimento das demandas do entorno, fortalecer relacionamento com as Defensorias Públicas e com o Ministério Público.
13. A meu ver, o TJPA deveria ser mais transparente na divulgação da produtividade das unidades judiciárias do primeiro e segundo grau de jurisdição, bem como esclarecer os entraves existentes e que estão sendo gradativamente superados para promover a prestação jurisdicional com qualidade e eficiência. Ademais, creio que deve haver a divulgação para a sociedade dos custos operacionais com a manutenção do Poder Judiciário Estadual, com o fornecimento de um comparativo entre a produtividade existente e os gastos realizados de modo a alcançar o maior grau de eficiência e

produtividade possível. Tais proposições visam fornecer a sociedade maior transparência quanto às ações institucionais do TJPA.

14. Canais de comunicação devem ser amplamente divulgados.
15. Aprimorar a comunicação externa. Aperfeiçoar o atendimento ao usuário.
16. Ampliação de canais de atendimento ao público; Fortalecimento da Ouvidoria; Ampliação e aprimoramento do Portal da Transparência; Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.
17. Atualização e inovação de plataforma digital para acesso ao judiciário.
18. Manutenção de um canal de comunicação efetiva entre o Judiciário e a Sociedade.
19. Interlocução permanente com os demais órgãos do sistema de justiça - a exemplo da Defensoria Pública - para garantir defesa efetiva dos mais carentes.
20. Acessibilidade pelas ferramentas digitais.
21. Dispositivos que facilitassem o atendimento e que satisfizessem a necessidade do cidadão. Com a instalação de equipamentos que se permite consulta no interior dos fóruns, pois levaria para maior eficiência do atendimento junto as secretarias, sendo que grande parte do atendimento prestado é direcionado para explicar ao contribuinte qual é a vara que o processo de seu interesse está tramitando.
22. Implementar ferramentas que facilitem maior acesso de todos os jurisdicionados ao Judiciário estadual; ampliar os meios de comunicação com a sociedade, divulgando as atividades, as boas práticas e a produtividade dos magistrados, visando ao fortalecimento da imagem do Judiciário; ampliar oferta de serviços aos cidadãos, incluindo Wi-Fi nos fóruns.
23. Facilitação e difusão dos meios virtuais de comunicação, seja por videoconferência seja por outras formas de ampliar o acesso ao jurisdicionado.
24. Promoções de eventos, palestras e dinâmicas nas comunidades, escolas e empresas sobre os deveres e direitos dos cidadãos, bem como estimular e promover a solução extrajudicial de conflitos.
25. Estabelecer políticas públicas para aprimorar e fortalecer parcerias com entidades públicas que possibilitem acesso mais eficaz da sociedade aos mecanismos da justiça.

2.5 Macrodesafio – Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

2.5.1 Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico

Gráfico 8: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico"?



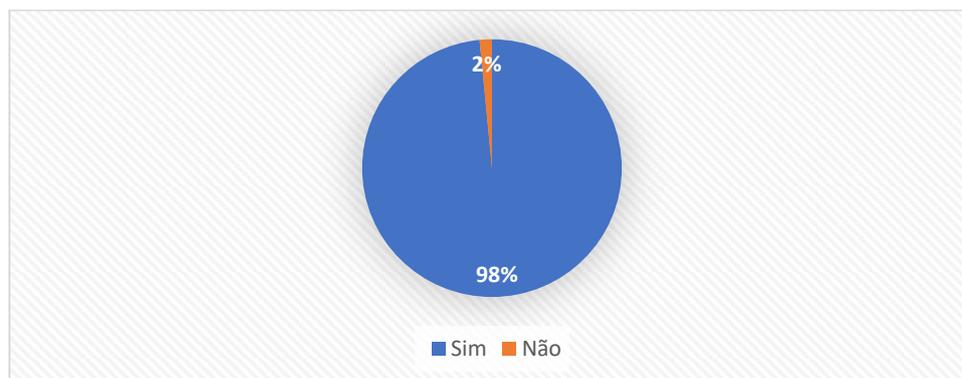
2.5.2 Aperfeiçoamento da estrutura judiciária

Gráfico 9: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Aperfeiçoamento da estrutura judiciária"?



2.5.3 Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias

Gráfico 10: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias"?



2.5.4 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Expansão e modernização das Centrais de Digitalização.
2. Ampliar o acesso do home office! Ferramenta importante e essencial e já adotada por quase todos os tribunais.
3. Padronização de procedimentos e documentos.
4. Gestão Integrada de Riscos e Processos.
5. Implementar com brevidade as experiências de uso de inteligência artificial através de robôs/software que são capazes de analisar milhares de petições iniciais que entram e já faz uma triagem inicial; e daí prepara uma decisão modelo para dar encaminhamento àquilo. Ela simplesmente elimina o gargalo que existia de quase um ano de análise desses casos. Tribunais como Pernambuco, Minas Gerais e outros já utilizam tal tecnologia que é capaz de analisar 70.000 processos em 15 dias, pois trabalha 24 horas.
6. Automação de processos de trabalho.
7. Projeto de Virtualização (100% área judiciária e 100% área administrativa); Projeto de Melhorias de processos de trabalho.
8. Melhorias nos processos eletrônicos.
9. Videoconferências para audiências de continuação no âmbito cível.
10. Premiar (em dinheiro, em folgas, licenças, medalhas etc) os servidores com maior produtividade na unidade, a fim de estimular a competição entre os servidores; ou estabelecer metas altas que, se alcançadas, gerassem alguma vantagem diferenciada para o servidor; implementar escala de rodízio entre trabalho remoto e presencial, para impulsionar a movimentação de processos eletrônicos e obrigar a todos que aprendessem a mexer no sistema PJe (muitos servidores têm resistência).
11. Cursos de instrução com carga horária mais flexível devido a rotina de trabalho, inclusive nas comarcas do Estado, voltados à gestão, à análise dos índices de eficiência do TJ e de manuseio no sistema PJe.
12. Transformação de processos físicos em digitais.
13. Incremento de tecnologia, como teleconferência.
14. Aprimoramento de gestão de pessoas e implementação de ações educativas de boas práticas relacionais.
15. Soluções de informática alinhada a atividade fim do judiciário.
16. O projeto RENOVAR em todas as comarcas, a organização dos processos eletrônicos, semelhante a organização proposta pelo projeto renovar (ex. prazos, ordem cronológica e prioridade por ordem cronológica, remessas) isso ajuda a dar uma resposta mais exata a sociedade quanto ao andamento de seu processo, dentro do que determina o CPC.
17. Sobre o PJe acredito que podia se tornar mais acessível aos servidores, pois causa LER/DORT (tendinite) a necessidade de vários cliques para uma ação. Podia ser melhor estruturado para evitar doenças ocupacionais.
18. Implantação da Gestão por Competências com implementação de trilhas de aprendizado.
19. Aprimorar e expandir o Processo Judicial Eletrônico; Priorizar as ações do Plano de Ação de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição; Promover a efetividade no cumprimento das decisões; Fortalecer as relações com as instituições parceiras; Implantar a metodologia de melhoria contínua dos processos de trabalho, priorizando os finalísticos; Ampliar o número de procedimentos administrativos para o suporte digital."

20. Aumentar o número de servidores nas comarcas de primeiro grau; Disponibilizar internet e programas (PJe, LIBRA e outros) de alta qualidade; Renovação dos equipamentos de informática; Treinamentos aos servidores; Estímulo financeiro aos servidores mais produtivos; Pagamento de horas extras a todos os servidores, para estimular mais horas de trabalho; Ampliar o teletrabalho, que aumenta a produtividade.
21. O TJPA deve dar prosseguimento a iniciativa estratégica de aglutinação de várias secretárias judiciais em Unidades de Processamento Judicial, servindo a vários gabinetes, como medida de padronização das rotinas internas e elevação da produtividade e da celeridade processual. No âmbito desta medida, destaco, como nova iniciativa estratégica, que o TJPA deve promover o revezamento de servidores no âmbito da mesma unidade administrativa/judicial com o fito de que todos os servidores sejam polivalentes em suas atividades, não haja interrupção ou queda de qualidade dos serviços prestados diante da alteração do quadro funcional e evitar que a contínua prestação das mesmas tarefas acarrete a perda da motivação por parte dos servidores.
22. Central de Processamento Unificada a nível estadual.
23. Intensificar o treinamento, de preferência presencial, para servidores e magistrados sobre como gerir acervos numerosos de processos de forma eficaz, compartilhando boas práticas de algumas secretarias para aprender gestão eficiente.
24. Criar Equipes de Auxílio à Unidades Jurisdicionais Deficitárias.
25. Acesso pelos jurisdicionados ao seu Processo Judicial Eletrônico, à semelhança como é na Justiça Federal, por meio de login e senha.
26. Fomentar o uso de tecnologia de informação e comunicação como instrumentos de trabalho (como softwares de auditoria constante das unidades e aplicativos de incremento de produtividade).
27. Ampliar a estrutura das varas criminais e cíveis que atendam à matéria crianças e adolescentes. - Divulgar o conhecimento da prática processual e dos sistemas disponíveis. - Estruturar as secretarias judiciais de equipamentos modernos que viabilizem estabilidade e suporte para os sistemas instalados, bem como com mobiliário físico ergonômico para os servidores. - Criar centros/salas específicos de atendimento com apoio técnico e especializado para crianças e adolescentes que se dirijam aos fóruns, concedendo-lhes dignidade e atenção quando da necessidade de apresentação aos atos judiciais presenciais.
28. Ênfase no julgamento antecipado do mérito (CPC, art. 355) especialmente por não haver necessidade de instrução probatória em demandas eminentemente documentais (inc. I).
29. A regulamentação e autorização para a realização de videoconferência nos plantões judiciários e recesso forense, visando a celeridade processual. O apoio do Poder Judiciário para a efetiva implementação do teletrabalho para servidores e magistrados.
30. Implementar a inovação tecnológica e a gestão por resultados; Incentivar a autocomposição, valorizando a atuação de conciliadores e mediadores judiciais pela implantação de uma política remuneratória.
31. Promover mecanismos que permitam a agilidade na análise dos processos eletrônicos, como a separação de feitos por assunto ou fase processual.
32. Escola Judicial poderia se aproximar das realidades das varas para promover cursos com objetivos nas dificuldades das varas para trabalhar competências, a fim de alcançar resultados eficazes ao TJPA, posteriormente fazer a avaliação de impacto,

- algo que nunca foi realizado. A escola promove cursos e depois não avalia os resultados obtidos conforme os objetivos dos cursos.
33. Implantação de Gestão por Competências
 34. Criação de um banco de petições, com modelos de decisões, sentença, despachos e atos da secretaria em todos os sistemas do TJ (PJE, LIBRA, SEEU, etc.), de fácil visualização, em aba própria com o nome “modelo de documentos”, acessível apenas aos servidores.
 35. 1) adotar teletrabalho como meio preferencial de desempenho das atividades. 2) contratar empresa para digitalização célere do acervo físico. 3) criar TACS/convênios com o estado/municípios para comunicação de forma eletrônica entre os órgãos públicos (Delegacias, FASEPA, UNAIS, Renato Chaves) e as unidades judiciais, evitando papéis, necessidade de impressoras/scanners. 4) criar sistema eletrônico eficaz de comunicação com os correios (envio de cartas, eletronicamente, e inclusão de ar nos processos, pelos correios).
 36. Criar e aperfeiçoar técnicas de gestão para unidades judiciárias com reflexos na gestão de pessoas e na carreira de magistrados.
 37. Trazer ao campo prático o planejamento e metas já vislumbrados pelo Tribunal seria um gigantesco passo para nos aproximarmos da excelência em prestação jurisdicional.
 38. Instalação de Salas de Depoimento Especial, dentro da estratégia de aperfeiçoamento da estrutura judiciária.
 39. Manual de rotinas atualizados juntamente com um curso específico aos servidores e magistrados de como manter a produtividade sem perder a qualidade e efetividade das decisões.
 40. Dividir o estado em Macro regiões administrativas com foco no referido aprimoramento.
 41. Digitalização do acervo que tramita junto ao LIBRA para que estes possam ser ingressados junto ao PJE, sendo que a eficiência no cumprimento dos processos eletrônicos é maior quando comparado com o cumprimento aos processos físicos, além do que, se todos os processos fossem inseridos no PJE algumas atividades cotidianas das varas seriam extintas, com a juntada de petição, além na redução do atendimento aos advogados pois a consulta aos autos seria acessível, disponibilizando maior número de funcionários para o cumprimento da demanda, que ao meu ver, é o grande gargalo do poder judiciário.
 42. Aprimoramento dos fluxos de trabalho.
 43. Implemento de melhorias na automatização de extração de dados estatísticos diretamente dos sistemas de acompanhamento processual.

2.6 Macrodesafio – Combate à corrupção e à improbidade administrativa

2.6.1 Implementação de políticas para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa.

Gráfico 11: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Implementação de políticas para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa"?



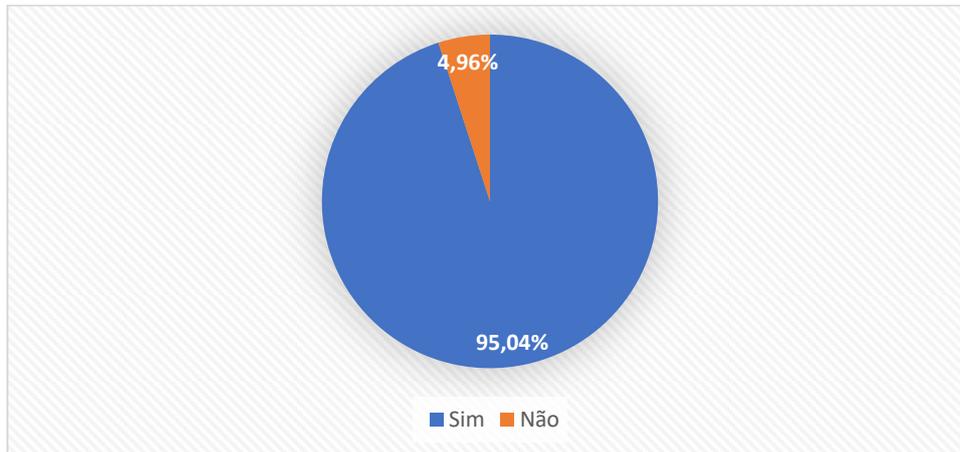
2.6.2 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Julgar celeremente os processos de improbidade administrativa.
2. Aumentar a frequência de correções, abrindo procedimentos sempre que necessário não somente para punir, mas, principalmente, para interromper o ciclo vicioso de corrupção tão cruelmente instalada no serviço público brasileiro há durante tantos anos.
3. Especialização de Varas Regionalizadas.
4. Criar varas especializadas em Combate a Corrupção.
5. Aumento dos grupos de trabalho para a Meta 04.
6. Conferir celeridade à toda matéria cível ou criminal que envolvam os temas públicos de improbidade, corrupção, malversação por meio de implantação de sistemas eletrônicos de processamento e conferindo irrestrita publicidade aos atos processuais - objetivo: atrair a confiança da sociedade nos atos imparciais do judiciário.
7. Estabelecer um mês alusivo ao combate à corrupção e organizar mutirões para promover a celeridade de tais feitos.
8. Fomentar capacitação de servidores envolvidos nos julgamentos das lides que tratam da matéria.
9. Desenvolvimento de processos computacionais integrados, entre todos os órgãos da justiça, inclusive com os Tribunais Regionais Eleitorais e TSE, com os Tribunais de Contas dos Estados e da União. Desenvolvimento de processos computacionais que viabilizem a rápida tramitação de processos que envolvam crimes eleitorais e de improbidade administrativa.
10. Elaborar e implementar programa de capacitação de Juízes e servidores, voltada ao combate à improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública, buscando a parceria da Escola Judicial.
11. No sentido do combate a corrupção, melhora de instrumentos de uniformização de aplicação de precedentes.
12. Cursos para Servidores e Magistrados do Pacote Anticrime (Lei nº13.964 de 2019) e Curso da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº13.709 de 2018).

2.7 Macrodesafio – Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

2.7.1 Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos

Gráfico 12: Você considera importante a manutenção da iniciativa “Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos”?



2.7.2 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Que seja estendida CEJUSCS em todas as unidades Judiciária do Estado do Pará.
2. Conciliação Virtual.
3. Criação de juizados especiais em todas as comarcas do interior para solução consensual através de negociação das partes, advogados e conciliadores.
4. Ampliação dos CEJUSC.
5. Implantação dos CEJUSCS em mais comarcas.
6. Instituição de políticas e ações para resolução negociada de conflitos em âmbito penal principalmente dos processos em andamento que são passíveis de celebração de acordo de não persecução penal.
7. Implementar pelo menos 2 mutirões anuais nos CEJUSCS, para as ações de fazenda pública, especialmente as de natureza tributária.
8. Estimular mais a resolução de conflitos e possibilitando a autorização legal de mais atores (servidores) para conduzirem a negociação entre os litigantes.
9. Ampliação de CEJUSCS. Em breve, haverá uma Faculdade de Direito em Conceição do Araguaia. Previsão 2021.
10. Acredito que implementação de CEJUSC nos interiores próximos de Belém.
11. Ampliar a instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania - CEJUSCS; Expandir a atuação da Justiça Restaurativa; Expandir a atuação da Justiça Comunitária; Ampliar a divulgação das formas alternativas de solução de conflitos para a sociedade; Implantar política de valorização de conciliadores e mediadores; Implantar o Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa no âmbito do TJPA.
12. Justiça Multiportas.
13. Na minha opinião, o TJPA deve fornecer ampla divulgação e conscientização da sociedade quanto aos meios e benefícios da solução negociada de conflitos a fim de desestimular a litigiosidade e contribuir para a célere e efetiva pacificação social.
14. Parcerias com a sociedade civil organizada.

15. Ampliar o treinamento de servidores e magistrados na busca de soluções consensuais de conflitos.
16. Implementação de rodadas de mediação nas comarcas do interior.
17. Agir no sentido de antecipar a primeira audiência dos processos e estimular nesse ambiente a conciliação justa e saudável. Tal como fez a justiça trabalhista, enxugando o consideravelmente o número de litígios ajuizados (cerca de 80%).
18. Cursos de aperfeiçoamento aos servidores via EAD.
19. Aplicativos voltados para um acesso amplo as opções de soluções rápidas de conflito
20. Incentivar a mediação de conflitos familiares de modo gerir constelação familiar nas audiências cíveis de família.
21. Fortalecimento dos CEJUSC. Fortalecimento dos juizados especiais, com investimento em acessibilidade, sistema processual efetivo e cursos de aprimoramento sobre técnicas de negociação para os servidores que atuam nos juizados especiais e CEJUSCS.
22. Ampliação das Varas de Mediação e Conciliação. Além do Cadastro, Oficinas com os maiores litigantes para aperfeiçoar o judiciário multiportas.
23. Parcerias com escolas, empresas e sociedade civil para esclarecimento sobre autocomposição sem a judicialização.
24. Sistema multiportas de resolução de demandas.
25. Estruturar as Varas com conciliadores e mediadores habilitados. Ampliar os cursos de conciliadores, mediadores. Fazer concurso público para conciliador e mediador. Criar cargo e carreira para conciliador e mediador.
26. Fortalecimento de estratégias extrajudiciais para resolução de conflitos, por meio de aperfeiçoamento de conciliadores e mediadores voluntários, não remunerados, viabilizando a efetivação da paz social antes da judicialização do litígio.
27. Apresentar estatísticas e métodos a magistrados e servidores de como a mediação de conflitos é responsável pela diminuição das demandas judiciais e o modo com podem ser incentivos pelos operadores do direito.
28. Conciliação via teleconferência.
29. Melhor utilização de recursos digitais (não-presenciais).
30. Mediadores que pudessem ser profissionais, por receber por seu trabalho. Mais Centros de Mediação.
31. CEJUSC regionalizadas e implementas de forma definitiva.
32. Ampliar os mecanismos e as metodologias voltados à pacificação social; fortalecer as ações que envolvem a Justiça Restaurativa; implantar núcleo de constelação sistêmica voltado à solução de conflitos que chegam ao Judiciário.
33. Desenvolvimento de modelos de trabalho para realização de audiências virtuais para conciliação e mediação de conflitos.
34. Celebração de Instrumentos Legais visando a parceria com o MPPA e outras Instituições envolvidas para atuação conjunta com o TJE. (Juntas as Instituições têm mais força e, portanto, mais resultados efetivos para a sociedade).

2.8 Macrodesafio - Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios

2.8.1 Fortalecimento de mecanismos para redução de demandas repetitivas e grandes litigantes

Gráfico 13: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Fortalecimento de mecanismos para redução de demandas repetitivas e grandes litigantes"?



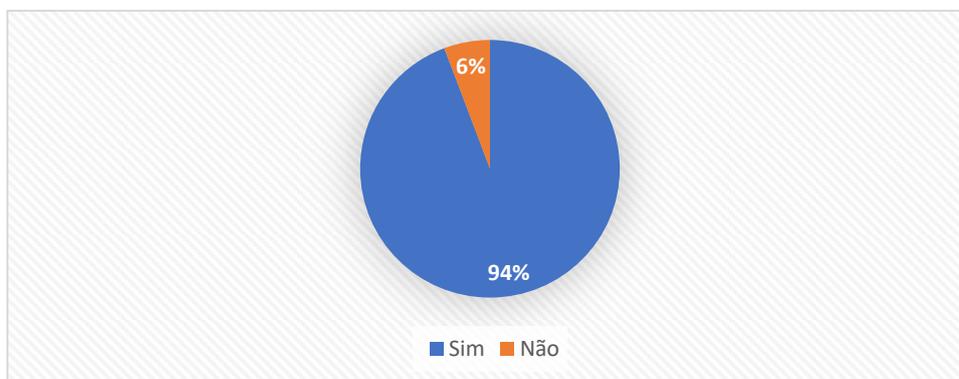
2.8.2 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Criar inteligência artificial para identificar os casos e soluções.
2. Ampla publicidade e reforço interno da jurisprudência do Tribunal a fim de evitar a judicialização ou mitigação de tais processos.
3. Fortalecimento do sistema de IRDR.
4. Banco de dados para a consulta eficiente com esses mecanismos para redução de demandas repetitivas e grandes litigantes. E campanhas de conscientização.
5. Implementação e melhora de acervo digital para consulta de julgados e jurisprudências, em especial decisões do 2º grau.
6. Criar ferramentas no PJe para identificar demandas repetitivas automaticamente quando selecionarmos o assunto na distribuição.
7. Portal de fácil acesso aos Precedentes.
8. Cadastrar grandes corporações para serem intimados eletronicamente pelo PJe, conforme já estabelece o artigo 246, §1º, do Código de Processo Civil.
9. Desenvolvimento de programas computacionais com auxílio de inteligência artificial capazes de identificar a priori a relação entre processos repetitivos e de grandes litigantes.
10. Aperfeiçoamento e expansão do banco de jurisprudências.
11. Mapear e divulgar os grandes litigantes.

2.9 Macrodesafio – Promoção da sustentabilidade

2.9.1 Fortalecimento de práticas sustentáveis

Gráfico 14: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Fortalecimento de práticas sustentáveis"?



2.9.2 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Digitalização de todos os processos físicos para evitar o uso de papel e reciclagem dos documentos.
2. Distribuição de canecas térmicas aos servidores, sugerir o desligamento do ar condicionado meia hora antes do término do expediente, luzes com sensor de presença, desligamento do ar condicionado das salas de espera quando não há pessoas esperando, desligar os elevadores às 15h.
3. Aumento dos locais de coleta dos materiais reciclados, realização de campanhas educativas sobre o tema.
4. Política e Planos de Sustentabilidade. Semana Socioambiental. Painéis de Acompanhamento das Ações e Indicadores de Sustentabilidade.
5. Fornecer copos biodegradáveis ou copos que pudessem ser lavados pelo próprio usuário com uma pia com água e sabão próximo aos bebedores.
6. O estímulo ao processo virtual é a melhor forma de prática sustentável no âmbito do TJPA. Por isso, entendo que o fortalecimento desse tipo de processo contribui para práticas sustentáveis.
7. Convênio para coleta regular dos materiais recicláveis.
8. Redução do uso de papel nas unidades judiciárias, com implementação de sistemas digitais (PJE) em todo o Fórum Criminal da Capital, onde todos os processos ainda são físicos, aquisição e troca de equipamentos de ar condicionado, impressoras multifuncionais e demais eletrodomésticos na versão INVERTER, que possibilitam a economia de até 40% no consumo de energia elétrica, reduzindo o custo da fatura de energia do Tribunal. Ampliação do programa de teletrabalho, que reduzirá custos com auxílio transporte para o TJPA, redução de consumo de energia elétrica, já que os computadores onde ficavam os servidores no prédio físico do TJPA, serão designados para as funções que podem ser realizadas de suas residências.
9. Construção de prédios sustentáveis.
10. Instalação de sistema de captação de energia solar onde for possível.
11. Criar espaços otimizados para melhor aproveitamento de luz natural e atualização de eletrônicos para redução do consumo de energia.

12. Incentivo a reciclagem com as gincanas entre os fóruns, as feirinhas nos fóruns.
13. Fomentar e desenvolver práticas sustentáveis nas Comarcas do Interior através de incentivo aos magistrados e servidores. Poderia se pensar na criação de um critério usando pontuações atribuídas às ações implementadas.
14. Maior divulgação midiática de suas práticas sustentáveis.
15. Substituir os equipamentos que se utilizam de pilhas para funcionar ou adquirir pilhas recarregáveis.
16. Tornar obrigatória a coleta seletiva do papel (no mínimo) e demais materiais recicláveis (se possível!) gerados nas sedes dos fóruns e fazer convênios com as diversas associações de catadores de materiais recicláveis para que eles busquem esses materiais nos fóruns.
17. O poder judiciário deve pactuar de forma, mas efetiva para que cada município assuma a responsabilidade socioambiental no plano de sustentabilidade do planeta terra de modo simples com ações de meta de plantio de árvores por quantidade de presos e que cobre as autoridades municipais para que se envolvam na causa as famílias dos reclusos.
18. Modificação da estrutura elétrica dos fóruns para conferir estabilidade da rede de energia, por meio da substituição de fiação antiga dos fóruns (visando à economia de energia).
19. Sustentabilidade com Gestão de Custos através indicadores: controle uso papel com definição cotas específicas de distribuição para cada setor, conforme necessidade levantada.
20. Maior frequência de cursos sobre o tema, especialmente para demonstração das práticas no ambiente de trabalho.
21. Reformulação do plano de sustentabilidade para que possa efetivamente ser aplicado.
22. Apresentar a servidores e magistrados ações que se voltem a melhor arrecadação de produtos recicláveis e o processo em que se inserem, demonstrando como a instituição beneficia por exemplo comunidades com a disponibilização desses materiais.
23. Priorizar ações sustentáveis nos juizados ambientais nas propostas de transação penal.
24. Poderia o TJE/PA, promover projetos e competições para reduzir o consumo de água, papel e energia elétrica.

2.10 Macrodesafio – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

2.10.1 Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis

Gráfico 15: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis"?



2.10.2 Fortalecimento da justiça restaurativa

Gráfico 16: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Fortalecimento da justiça restaurativa"?



2.10.3 Apoio a ações de ressocialização de apenados e egressos

Gráfico 17: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Apoio a ações de ressocialização de apenados e egressos"?



2.10.4 Aperfeiçoamento dos sistemas de controle da área criminal

Gráfico 18: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Aperfeiçoamento dos sistemas de controle da área criminal"?



2.10.5 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Implementação do Processo Judicial Eletrônico nas Varas Criminais.
2. Ampliar os projetos de justiça restaurativa.
3. Implementação de Núcleos de Práticas Restaurativas nas comarcas polos do interior do Pará.
4. Audiências por vídeo conferencia.
5. Viabilizar práticas restaurativas na violência doméstica.
6. Implantação de vara de violência doméstica haja vista o quantitativo de casos no Estado do Pará.
7. Digitalizar e migrar os processos criminais em, pelo menos, 80% das unidades judiciárias do Estado.
8. Fomentar a criação de sistema que permita compartilhar dados dos réus com outros Tribunais e órgãos de segurança pública para permitir o cumprimento de decisões judiciais e o serviço de inteligência e monitoramento de crimes.
9. Criação de modelos para a virtualização de audiências criminais.
10. Criação de novas varas exclusivas de Violência Doméstica e Familiar.

2.11 Macrodesafio – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

2.11.1 Implantação de Modelo de Gestão por Competências

Gráfico 19: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Implantação de Modelo de Gestão por Competências"?



2.11.2 Aprimoramento da formação de magistrados e servidores

Gráfico 20: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Aprimoramento da formação de magistrados e servidores"?



2.11.3 Fortalecimento da política de atenção à saúde e qualidade de vida

Gráfico 21: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Fortalecimento da política de atenção à saúde e qualidade de vida"?



2.11.4 Modernização das políticas de alocação dos servidores

Gráfico 22: Qual importância você atribui para a modernização das políticas de alocação dos servidores?



2.11.5 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Política de remoção para servidores antes da realização de novos concursos. Extinção da exigência de lotação em mesmo polo para fins de nomeação para cargos comissionados.
2. Desenvolvimento de programa de atenção psicossocial ao servidor, com estratégias de prevenção, promoção e recuperação da saúde regulares.
3. Elaborar plano de capacitação baseado no modelo de gestão de competências.
4. Sistema de Gestão por Competência.
5. Projeto de implementação da gestão por competência.
6. Promover mais cursos à distância por meio da Escola Judicial.
7. Ampliação cursos EAD.
8. Criação de um canal/mecanismo de escuta exclusiva do Servidor.
9. Ao meu ver, o TJPA deve aprofundar a valorização do servidor público, por meio do: a) incentivo à produtividade (com a concessão de vantagens pessoais de cunho pecuniário ou não) em virtude da satisfação de metas.
10. A movimentação dos servidores por meio de remoção de acordo com as vagas disponíveis, oferecer mais qualidade de vida e oferecer cursos de aperfeiçoamento de forma presencial nas Comarcas do interior do Estado.
11. Maior ofertas de cursos EAD e treinamento para operação dos vários sistemas utilizados do TJPA.
12. Implantação de ferramentas de Gestão do Conhecimento.
13. Adoção de medidas voltadas à promoção da saúde mental de magistrados e servidores.
14. Disponibilizar atendimento médico e psicológico online aos servidores e magistrados.
15. Formação de magistrados e servidores: Deve ser priorizado o Ensino à distância de qualidade. É frustrante para o enorme corpo de servidores e, quiçá magistrados, atuantes no interior, assistirem a abertura diária de cursos importantes presenciais a serem realizadas na Escola de Magistratura de 15 às 18. Fortalecimento da política de atenção à saúde e qualidade de vida: Também não vemos ações chegando ao corpo de servidores do interior. Modernização das políticas de alocação dos servidores: Não encontramos justificativas plausíveis para a mudança/relocação de servidores ser tão engessada. O último modelo de concurso de remoção de servidores mostrou ser extremamente ineficiente. Foi realizado em 2019 e acredito que ninguém conseguiu se

mexer ainda. Quando um magistrado é promovido/removido, ele, que é a peça mais importante da Vara (não que os servidores não sejam), simplesmente vai embora. Mesmo que coloquem um outro Juiz de Vara vizinha “respondendo” pela Vara, sabemos que, na prática, a Vara fica “sem Juiz”, até por meses. O servidor antigo, a quem não é permitida a remoção, que vê chamarem um recém-empossado servidor pra localidade pretendida, se sente extremamente frustrado por não ser priorizado, mesmo com a prova que havia vaga na unidade de destino.

16. Cursos de aperfeiçoamento e atualização para os servidores lotados no interior.
17. Aplicação da gestão por competências, em que os servidores são utilizados de acordo com sua formação. Realização de processo seletivo para a ocupação de cargos em comissão e função comissionada.
18. Criação de um espaço saúde com atendimento médico, dentário. Mesmas disposições da capital nas cidades Polos (comarca do interior). Extensão para todas as comarcas do estado de todos os cursos disponibilizadas na capital, via aulas on-line e ou transmissão via satélite.
19. Promover avaliação periódica de qualificação de servidores com objetivo identificar, conhecimentos, habilidades e capacidades que permitam que o Servidor seja melhor aproveitado dentro do TJPA. Bem como planos de carreiras que abranjam esse conceito.
20. Expansão do teletrabalho.
21. Implantar efetivamente a promoção dentro da carreira dos servidores. Criar mecanismo/sistema/plataforma eficaz que facilite/permita aos servidores descontentes conseguirem permuta. Implantar sistema de premiação (folga/pecuniária etc.) aos servidores com maior produtividade de cada unidade, a fim de estimular a produtividade. Promover curso de atualização para os servidores toda vez que o sistema PJE for atualizado para nova versão (sugestão de curso EAD com imagens).
22. Ampliação e modernização urgente do projeto do "TELETRABALHO".
23. Fortalecimento dos canais de comunicação interna.
24. Regionalização dos serviços médicos.
25. Realização de concurso de remoção anual.

2.12 Macrodesafio – Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança Judiciária

2.12.1 Fortalecimento da gestão do 1º Grau

Gráfico 23: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Fortalecimento da gestão do 1º Grau"?



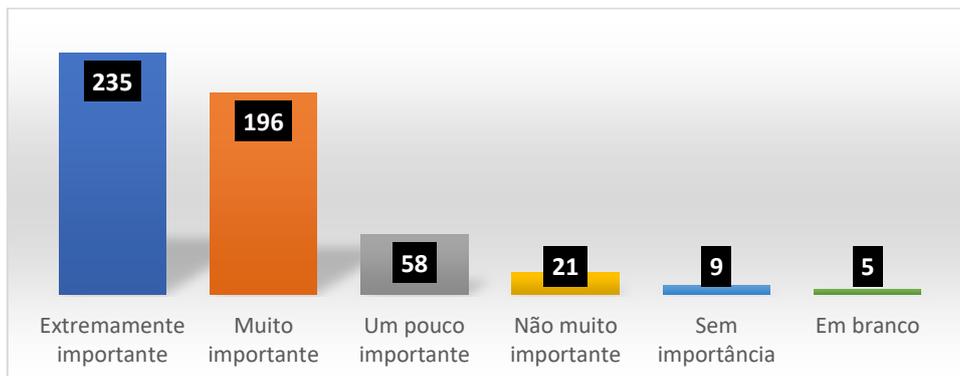
2.12.2 Importância para o Aprimoramento da Segurança Institucional

Gráfico 24: Qual importância você atribui para o aprimoramento da segurança institucional?



2.12.3 Importância para o Aperfeiçoamento da Regionalização da Gestão

Gráfico 25: Qual importância você atribui para o aperfeiçoamento da regionalização da gestão?



2.12.4 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Fazer funcionar o Fortalecimento da gestão do 1º Grau de jurisdição, com a quantidade de servidores pra nossa realidade.
2. Criar novas varas especializadas.
3. Home office.
4. Regionalização de almoxarifado e compras.
5. Considero importante a questão da segurança e que ela seja ampla e abrangente a todos e não somente ao magistrado.
6. Modelo de Governança Consolidado.
7. Implantação do compliance, Implantação da Gestão de Risco, Automação de processos de trabalho, etc.
8. Descentralizando os trabalhos, as regiões seriam mais beneficiadas e principalmente os jurisdicionados.
9. Descentralização das decisões administrativas por polos.
10. Descentralização dos serviços administrativos nos polos regionais.
11. Não criar sistemas diferentes para cada problema que surge, fazendo o servidor precisar dominar infinitos modos de realizar as tarefas em diversos sistemas.
12. Fortalecimento prioritário e urgente da segurança institucional.
13. De extrema necessidade uma reorganização nas áreas administrativas.
14. O Pará é um Estado de tamanho continental, por isso a regionalização da gestão deve ser buscada pelo TJPA.
15. Quanto a modernização de estrutura, construir novos fóruns onde o prédio instalado possua mais de 20 anos de empreita, dada a extrema defasagem predial, distante do atendimento do mínimo necessário para o bom atendimento da população.
16. Orientar magistrados e servidores sobre a importância da gestão estratégica, bem como fornecer ferramentas adequadas, bem como cobrar cumprimento.
17. Implantar sistema de gestão de riscos.
18. Os processos administrativos, criados e não supervisionado é inútil a criação deste.
19. Fortalecimento interno para geração de frutos sociais. O controle documental e de todos os aspectos necessários a segurança institucional é de extrema importância. Precisamos de segurança interna para fazer um trabalho eficiente e ainda de controle de dados para poder planejar o direcionamento de nossas atividades.
20. Que o aprimoramento da segurança institucional não seja exclusivamente direcionado a magistrados, mas também a servidores que ao menos estejam laborando na Comarca. O que ocorre por exemplo é que nas unidades onde não há segurança privada, principalmente nas Comarcas do interior, são os policiais militares que fazem a segurança da Comarca durante o expediente forense, porém os mesmos só permanecem no Fórum se o magistrado estiver presente! Desta forma deixando tanto a Comarca quantos todos os servidores que estão ali laborando sem qualquer segurança naquele dia em que o magistrado não estiver no Fórum.
21. Ampliação da descentralização da gestão administrativa e centralização estrutural dos órgãos que compõem o Poder Judiciário com o desiderato de otimizar a própria prestação jurisdicional.
22. Como medida de aprofundamento da "segurança institucional", tenho como sugestão que seja dado treinamento aos servidores e magistrados de como lidar com situações emergenciais, tais como combate a incidência, primeiros socorros, invasão do fórum por meliantes, etc. No âmbito da ""modernização da infraestrutura do Poder Judiciário"", entendo que deve ser vislumbrada em parceria com o "fortalecimento da

- gestão do 1º grau de jurisdição” de modo que as duas em conjunto permitam o aumento da alocação de recursos públicos, a maior lotação de servidores e, em consequência, a elevação da produtividade.
23. Implantação de técnicas e métodos de gestão não prescritiva baseadas em fluxo e melhoria contínua.
 24. Realizar cursos de formação para magistrados para melhor desempenho do cargo de diretor do fórum.
 25. Criação de gestores regionais que conhecem melhor a realidade local. Tem-se, como exemplo, o Ministério Público com seus coordenadores locais.
 26. Criar o mapa judiciário para investimento nas regiões mais necessitadas de assistência do poder da justiça na resolução de casos de diversas naturezas e suas complexidades na área situacional da comarca.
 27. Aperfeiçoamento estrutural e técnico do poder judiciário dos interiores.
 28. Utilizar-se da tecnologia como aliada das formas de otimizar a gestão de documentos e de processos, comunicação interna e externa, controle interno e produtividade.
 29. Desenvolvimento e o aperfeiçoamento de políticas institucionais.
 30. Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário: Comarcas do interior precisam ser olhadas com mais atenção principalmente em relação à pequenas reformas prediais, manutenção de banheiros, etc. Se o Diretor do Fórum não tiver perfil ou vontade, fica tudo abandonado. Aprimoramento da comunicação interna e externa: O sistema de mera publicação de Portarias, 1 atrás da outra nos DJES bem como envio de ofícios circulares é ineficiente. Deve haver um ambiente no portal interno ou externo onde o servidor possa consultar os atos editados. Ressalto que o TJPB deve ter mecanismo de controle para “riscar” normas ou artigos que foram revogados, pois a ausência disso causa confusões desastrosas. Também deve haver um setor de assessoria para onde possamos ligar ou tirar dúvidas instantâneas sobre os atos editados. Fortalecimento da gestão do 1º Grau de jurisdição: Extremamente importante, tanto em relação a equipamentos e estrutura predial como em número de servidores. regionalização da gestão: Parece importante se chegar mais perto do interior e conhecer melhor nossa realidade e necessidades.
 31. Regionalizar é de extrema importância devido as realidades diversas que o Estado vive em seus interiores.
 32. A regionalização da gestão será muito benéfica, pois a região metropolitana de Belém e muito diferente da Região do Salgado, por exemplo. Cada região possui suas especificidades. O Tribunal deve priorizar a segurança institucional com a instalação de câmeras de Segurança externas nos fóruns do interior para evitar eventuais crimes, como roubos e furtos que já aconteceram no interior das Comarcas do Estado do Para.
 33. Políticas de combate ao assédio moral de servidores no local de trabalho, bem como suporte pleno às vítimas desse tipo de assédio.
 34. Que o aprimoramento das estruturas seja focado em investimento na estrutura digital e eletrônica, e na qualificação de servidores e gestores.
 35. Centros administrativos autônomos nas Comarcas de maior significação regional.
 36. O judiciário tem que aperfeiçoar o acesso às informações, pois o jurisdicionado tem dificuldade em entender e acessar qualquer procedimento de seu interesse.
 37. Acredito que criar uma espécie de coordenador local para gerenciar melhor os recursos nas regiões judiciárias.
 38. Aprimoramento da distribuição de recursos entre o segundo grau e o primeiro grau.
 39. O incentivo do uso da plataforma TEAMS por todos os servidores facilitando a comunicação e o gerenciamento de tarefas.

40. Aperfeiçoar o sistema atual, para refletir a realidade, pois ainda se verifica muita inconsistência entre as informações repassadas.
41. Criar terminais de andamento processual nos corredores dos Tribunais, para evitar que o advogado ou parte venha ser atendida presencialmente, sem necessidade, apenas para saber andamento processual. Com a consulta nos terminais, além de acelerar o atendimento ou dispensá-lo, também seria útil ao combate a pandemia do corona vírus.
42. No que tange à gestão de documentos. Desenvolvimento de sistema computacional claro, eficiente, eficaz, e altamente amigável, ao revés do sistema SIGA-DOC, totalmente ultrapassado e redundante.
43. Ações voltadas para uma regionalização bem coordenada, entrelaçadas a partir do compartilhamento de informações sobre suas competências, com afinidades e com uma autoridade última superior.
44. Oferecer informações e orientações práticas (cartilhas) para que as unidades possam construir seus próprios indicadores, metas e iniciativas.
45. Aprimoramento dos mecanismos de busca de jurisprudência e de atos normativos do TJ/PA.
46. Teletrabalho, pois poder-se-ia constituir, por exemplo, um grupo de servidores que remotamente contribuiriam p/ diminuição do acervo de processos e conseqüente celeridade na prestação jurisdicional de diversas comarcas, conforme a necessidade surgisse.
47. Implementar ações voltadas à valorização do 1º grau.

2.13 Macrodesafio – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

2.13.1 Implantação da Gestão de Custos

Gráfico 26: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Implantação da Gestão de Custos"?



2.13.2 Aperfeiçoamento da Gestão de Recursos Financeiros

Gráfico 27: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Aperfeiçoamento da Gestão de Recursos Financeiros"?



2.13.3 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Painel Orçamentário com vistas à transparência.
2. Criação de canal para saber onde os gastos estão acontecendo e reduzir a rubrica.
3. Maior transparência.
4. Implantar sistemática de gestão de recursos próprios.
5. Controle de arrecadação com custas judiciais e de gastos por comarca.
6. Aprimoramento da gestão de custos.
7. Criação de programa informatizado de controle de gastos.

2.14 Macrodesafio – Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados

2.14.1 Inovação e modernização da infraestrutura de TIC

Gráfico 28: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Inovação e modernização da infraestrutura de TIC"?



2.14.2 Inovação e aperfeiçoamento da gestão dos sistemas de informação

Gráfico 29: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Inovação e aperfeiçoamento da gestão dos sistemas de informação"?



2.14.3 Aprimoramento da segurança da informação

Gráfico 30: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Aprimoramento da segurança da informação"?



2.14.4 Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação

Gráfico 31: Você considera importante a manutenção da iniciativa "Fortalecimento da governança na área da tecnologia de informação e comunicação"?



2.14.5 Contribuições de iniciativas estratégicas

1. Preservar a segurança das informações e documentos que estão em poder da instituição.
2. Atualização dos recursos de software e hardware.
3. Melhoria na rede de internet já que com o advento do PJE tudo ficou muito instável e necessita melhorar já que a razão da existência do Processo Judicial Eletrônico seria a celeridade, o que ainda não percebi.
4. Estabelecer um modelo de Governança e Gestão de TIC nos moldes de <http://www.trt18.jus.br/portal/institucional/tecnologia/>.
5. Maior investimento para o setor com recursos tecnológicos e humanos capacitados.
6. Digitalizar tudo e padronizar procedimentos.
7. Gostaria que as áreas fossem mais integradas. Por exemplo, uma unidade ou coordenadoria pode ter ações em diversos Macrodesafios, isso dá dinamicidade à execução do planejamento.
8. Fortalecimento de ferramentas para aumentar a produtividade do TJPA.
9. Ampliação dos sistemas de acesso à informação às unidades judiciárias para intercâmbio com unidades judiciárias de outras unidades da federação.
10. Descentralização dos TIC nas regionais.
11. Agilidade no atendimento dos chamados sobre informática.
12. Aperfeiçoamento em cursos de TIC.
13. Contratação de mais servidores de TI e reestruturação da área, só como exemplo, existe uma chefia que responde por todos os sistemas do Tribunal.
14. Fortalecimento da ação de digitalização integral do acervo físico e distribuição 100% digital dos processos judiciais.
15. Pessoas da área fim, ajudando na modernização desses sistemas, pois o pje, por exemplo tem muitas limitações na prática e a impressa que passa é que quem fez não sabe o que é a prática. isso vale para outros sistemas, que muitos têm dificuldade de entender.
16. Aprimorar e expandir o Processo Judicial Eletrônico.
17. Condensar todos os sistemas utilizados pelo TJPA em uma só tela de acesso, como ocorre no TRE/PA.

18. Desenvolver junto aos magistrados e servidores treinamento voltado a tecnologia da informação e comunicação.
19. Viabilizar formas mais práticas para acesso e disponibilização de senhas a magistrados e servidores, bem como a renovação das mesmas.
20. Todos os funcionários de TI deveriam ser efetivos, sendo devidamente responsabilizados por falha no serviço e uso indevido de informações privilegiadas.
21. Aprimorar e ampliar cada vez mais a acessibilidade virtual a todos jurisdicionados, resguardando sempre a segurança desses dados.
22. Implantação de técnicas e métodos de gestão não prescritiva baseadas em fluxo e melhoria contínuos.
23. Desenvolver um programa automático de pesquisa direta de processos simples de menor gravidade para agilizar a tomada de decisão e redução de gastos públicos e com isso premiar as melhores comarcas que forem mais eficientes durante o ano de trabalho integral.
24. Aperfeiçoamento no canal de suporte do PJE.
25. Atendimento a solicitações e dúvidas imediatamente via e-mail, como vem ocorrendo no período da Pandemia de coronavírus. Além disso, aprimorar o uso do PJE para que as tramitações fiquem mais independentes das ações humanas. Por exemplo: “conclusão” Expandir o PJE ao processo criminal, como foi feito em caráter experimental na comarca de Igarapé-Açú, a primeira do Brasil a ter processos criminais eletrônicos.
26. Modernizar o acesso ao sistema interno em um clique, uma senha um acesso, evitando-se a necessidade de digitar várias vezes login e senha para acesso para publicação no DJE capacitar todos os servidores para a utilização dos sistemas.
27. Investimento na modernização da infraestrutura de TIC das comarcas do interior.
28. Ampliação do teletrabalho, garantindo assim a redução de custos para o Poder Judiciário e servidores e ainda incentivando a produtividade.
29. Sistema 100% digital e integrado entre o MP, a Defensoria, a Seccional Urbana e o IML.
30. Fazer melhor uso dos dados que são postos à disposição do TJPA e transformá-los em informação útil, especialmente com vista a evitar retrabalho.
31. Interligação entre os diversos sistemas do Tribunal, pois as Secretarias tem que alimentar diversos sistemas, o que poderia agilizar a coleta de dados, e diminuir as falhas na alimentação dos sistemas.
32. Verificar a possibilidade de utilização de software livre, economizando na manutenção e podendo adaptar a necessidade do Tribunal.
33. Inovação e modernização da infraestrutura de TIC, sendo que deveria fazer estudo pra cada realidade local, para que a TI funcionasse de forma satisfatória.
34. Teletrabalho em múltiplas comarcas, o máximo possível.
35. Implementar ferramentas mais eficazes de segurança da informação.
36. Facilitar o acesso do jurisdicionado e cidadão a integralidade dos autos dos processos eletrônicos.
37. Incorporação de novas tecnologias voltadas à solução de conflitos e à celeridade processual. Uso de automação e de inteligência artificial para melhorar a prestação jurisdicional.
38. Criar e fortalecer a ciência de dados para melhor gestão do conhecimento sobre jurisprudências.
39. Maior diálogo entre pessoal da TI e servidores a fim de aproximar daqueles que o projetam, a demanda dos que utilizam os sistemas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consulta possibilitou verificar quais os principais direcionamentos para a nova estratégia para o ciclo 2021-2026. Verificou-se que muitas sugestões não têm caráter de iniciativas estratégicas, apresentando-se como ações sugeridas, porém poderão ser aproveitadas mediante reformulação em formato de estratégia.

Os resultados apresentados neste relatório também estão disponíveis no endereço: <https://powerbi.tjpa.jus.br/Reports/powerbi/DPGE/CGE/Stage/ppe-2021-2026?rs:embed=true>. Os dados podem ser trabalhados para outras visões sobre os assuntos abordados em cada macrodesafio.